

SUCCESSÃO 97

NOVOS DESAFIOS

Jacques Marcovitch

A universidade é uma das instituições mais tradicionais da sociedade brasileira e ao mesmo tempo a mais bem qualificada para formular linhas de mudanças e transformações em nosso país. Aí está um conceito geral que pode inspirar os envolvidos na sucessão reitoral. Vemos, nesta legítima busca de apoio, sem prejuízo do saudável confronto de idéias, uma ocasião mais propícia ao consenso do que ao perigoso

choque de vaidades ou ambições.

É desejável que cada programa apresentado à comunidade seja uma agenda positiva. A expressão designa um conjunto de metas claras e com prazos definidos para sua implementação. O processo sucessório deve idealmente preservar a vocação construtiva das lideranças, em torno de pontos básicos. Aqui alinhamos alguns exemplos que sugerem uma possível convergência. Constituiriam uma espécie de pauta comum no processo eleitoral:

- número mínimo de novos cursos de graduação a serem instituídos, expansão dos cursos noturnos e avanço nas diretrizes balizadoras para a graduação como um todo;

- criação de novos cursos de especialização, pós-graduação lato-sensu e de extensão universitária;

- inclusão na grade curricular de novas disciplinas para a melhoria da formação cultural dos alunos da universidade;

- preenchimento de claros docentes para amparar os projetos estratégicos das unidades;

- elevação do número de horas de treinamento e capacitação para os funcionários da universidade, em todos os níveis;

- constituição do Fundo de Previdência para os docentes e funcionários da universidade;

- reflexão sobre os processos decisórios para rever o papel e a composição dos colegiados da USP;

- reafirmação da vocação abrangente da universidade, segundo a qual “o centro está em toda parte”, voltando-se igualmente para a pesquisa, o ensino e a extensão.

A garantia para a viabilidade destes pontos será o consenso entre as lideranças acadêmicas. Estas devem estar atentas para a estrutura político-administrativa da universidade, que se sustenta em colegiados. Não há espaço na USP para a figura de um reitor imperial. Daí alertarmos para os riscos de eventuais plataformas repletas de premissas (ou promessas) baseadas na vontade pessoal de um candidato supostamente iluminado. É claro que o postulante à reitoria deve ter idéias próprias e fundamentalmente inovadoras. Um dirigente omissivo, distante ou acomodado seria tão nocivo quanto um dirigente centralizador e autoritário. Mas qualquer dirigente na universidade precisa igualmente demonstrar espírito empreendedor, competência e liderança para conquistar o apoio dos colegiados para um programa plurianual de ação.

Já é hora de substituir as análises teóricas e freqüentemente negativas por proposições construtivas, reagindo às frustrações e interrompendo as lamúrias. Elas alimentam o cinismo e a desesperança. Como agenda positiva não se entenda tampouco uma leitura panglossiana da USP. É claro que a universidade enfrenta e continuará a enfrentar problemas em diversas áreas, mas precisamos definir caminhos para vencê-los.

Enfatizamos a necessidade de realismo nas ações políticas e es-

modelos como incompletos, exigindo sempre aperfeiçoamentos. Onde acharemos um corpo de professores absolutamente homogêneo pela excelência? Onde estudantes nivelados por cima, em sua totalidade? Onde haverá, nos campi das universidades, grupos de administradores infalíveis? Em lugar nenhum.

Tenhamos em mente essa premissa, com humildade, antes de desdobrarmos reflexões sobre o tema em foco. Aqui far-se-á mais outro esforço para aclarar um debate necessariamente interminável. E é

bom que esta discussão jamais se esgote. A universidade exige de todos nós uma obstinada busca do impossível. O processo cumulativo de idéias trará resultados sempre insuficientes, mas cada vez mais úteis. A missão acadêmica é algo que se reconceitua incessantemente.

Se as metas acadêmicas são renováveis para atender anseios

da sociedade, o mesmo não se pode dizer dos valores éticos — estes irrevogáveis e permanentes. Um destes valores é o pluralismo, que deve inspirar todas as gestões acadêmicas e mais ainda as ações de todos os envolvidos nas transições internas. Dentro dessa ótica, é inaceitável que uma sucessão reitoral venha a se desenvolver fora do saudável terreno das idéias ou que os membros de uma gestão considerem os de outra como “adversários”. O grande equívoco em que se incorre durante as transferên-

tratégicas. Isso pressupõe que tenhamos em mente uma USP concreta, real, e não uma USP apenas imaginada, para o mal ou para o bem. Sejam claros: ela não é tão modelar quanto querem os ufanistas, nem tão falha quanto alardeiam os profetas do caos. E não será possível transformá-la sem lidar com os dados da realidade.

Enfatizamos a necessidade de realismo nas ações políticas e estratégicas. Isso pressupõe que tenhamos em mente uma USP concreta, real, e não uma USP apenas imaginada, para o mal ou para o bem. Sejam claros: ela não é tão modelar quanto querem os ufanistas, nem tão falha quanto alardeiam os profetas do caos.

cias de poder, na USP e fora dela, é a negação do positivo acumulado e o posicionamento de louvor incondicional ou cega contestação. Aprimorar para avançar — eis a síntese do que estamos propondo.

A Universidade de São Paulo, pelo seu tamanho e sua origem histórica, acaba transitando entre dois extremos: a lógica do poder e a lógica dos resultados. A lógica dos resultados tende a preservar os avanços benéficos do passado e construir em cima deles novos aperfeiçoamentos. A lógica do poder, típica do Estado/Nação, é estruturada neste caso em torno de partidos políticos, que oferecem visões alternativas da sociedade. Quando um partido está no governo, outro fica entrincheirado na oposição e nega validade a todos os esforços. Os ocupantes do governo, por sua vez, consideram des-

cabidas todas as propostas oposicionistas. Essa lógica exacerba o processo de contestação, dificultando o consenso em torno de uma agenda positiva. No âmbito político-partidário isso até faz sentido, porque existe um debate nacional e a eleição às vezes ocorre de forma quase plebiscitária. Na universidade o fenômeno tem ocorrido com intensidade menor, mas ainda persiste, resultando numa fissão que limita as oportunidades de mudanças.

No debate da Adusp mereceu reparo a observação crítica sobre um suposto distanciamento entre a USP e a sociedade. Impõe-se este reparo não apenas em defesa da universidade pública, mas de colegas da USP que se empenham diuturnamente em tantos e tão meritórios programas de interesse social. É oportuno pontuar aqui a oferta pela USP de centenas de serviços de orientação para profes-

A Universidade de São Paulo, pelo seu tamanho e sua origem histórica, acaba transitando entre dois extremos: a lógica do poder e a lógica dos resultados. A lógica dos resultados tende a preservar os avanços benéficos do passado e construir em cima deles novos aperfeiçoamentos. A lógica do poder, típica do Estado/Nação, é estruturada neste caso em torno de partidos políticos, que oferecem visões alternativas da sociedade.

ssores e alunos de ensino fundamental e médio.

Há outros exemplos. Os grandes temas nacionais vêm ocupando a agenda do IEA, demais institutos, unidades e núcleos da USP. Os quatro museus e a Estação Ciência da Universidade de São Paulo recebem anualmente mais de meio milhão de visitantes e atendem cerca de duas mil escolas. Os hospitais universitários na capital e no interior, atendimentos odontológicos, psicológicos e so-

ciais, servem a uma comunidade de mais de um milhão de pessoas. Os docentes da USP ministram 4.800 cursos extracurriculares, respondendo a uma demanda de 136 mil frequentadores a cada ano. O Disque-Tecnologia, serviço de atendimento às micros e pequenas empresas, tem mais de 10 mil usuários. Desenvolvem-se 40 iniciativas de educação a distância no âmbito das unidades. São mantidas também duas orquestras e vários grupos corais, que realizam sistematicamente concertos e recitais abertos à comunidade. Cerca de 10 mil estudantes de 2º grau e cursinhos pré-vestibulares participam do programa “Universidade e Profissões”, que proporciona semanalmente visitas monitoradas às unidades e laboratórios da USP.

O quadro acima descrito não quer dizer que a universidade quitou a sua dívida social. É preciso criar espaços para muitas outras ações na mesma linha. Mas nos cumpre defendê-la, com ênfase, das acusações de omissão, de vez em quando incorporadas ao discurso de alguns setores internos e repercutidos pela mídia.

Entre os vários aspectos da missão acadêmica avulta, por sua relação direta com a excelência, o processo de avaliação departamental. O que se discute, de modo às vezes apaixonado e pouco eficaz, é se os critérios adotados

devem ser mantidos. Em parte achamos que sim, no que diz respeito àquilo que de fato garante sua transparência: a combinação de pareceres internos e externos. Isso não quer dizer que os métodos ora praticados sejam intocáveis e que a avaliação deva ser monoliticamente homogênea para todas as áreas e atividades acadêmicas. Há peculiaridades entre elas que reclamam fórmulas também específicas de aferição. Em relação à extensão universitária, por exemplo, poder-se-ia adotar uma fórmula que combinasse avaliação departamental, número de horas dedicadas pelo professor e apreciação qualitativa do beneficiário. Por outro lado, nada impede que o colegiado máximo examine uma petição originária das áreas que freqüentemente questionam os critérios de publicação. A Cert não está acima dos colegiados. Por isso mesmo estes deveriam atribuir à avaliação um espaço maior em suas pautas e em sua competência institucional.

A cada ano, o Conselho Universitário, as Congregações e os Departamentos preparam diretrizes orçamentárias para o ano seguinte. Os dados de avaliação que ali chegam são os dados financeiros. Acompanhar a execução orçamentária significa analisar a evolução dos gastos com pessoal, custeio e recursos obtidos. Que tempo dedicamos para verificar os indicadores constantes no Anuário Estatístico? O que explica as tendências positivas? Como interpretar os resultados insatisfatórios? Cabe aos colegiados es-

ta apreciação abrangente da instituição, assumindo um posicionamento mais ativo na avaliação acadêmica.

Outras obrigações acadêmicas devem aqui ser assinaladas. Entre elas o culto aos valores humanos fundamentais e a sinergia entre pesquisa/ensino/extensão. São questões que reclamam instâncias diferenciadas de aconselhamento.

O Conselho Consultivo, previsto no inciso V do artigo 14 do Estatuto de 1988, ainda não implantado, pode ser uma instância importante para estes e outros fins. Deve ser composto por personalidades notáveis pela contribuição à ciência, à tecnologia, às artes e à cultura em geral, originárias do cenário nacional e internacional. Este Conselho estimulará a discussão de expectativas que alimentam a reflexão coletiva sobre o futuro da universidade.

A organização de colóquios por áreas — humanidades, ciências exatas e tecnologia, ciências biológicas — culminando com um colóquio que reúna a Universidade no seu todo, pode também fornecer subsídios para as diretrizes estratégicas. Com isto os colegiados superiores poderiam receber dados úteis para a estruturação de suas agendas. Estas mudanças de pauta serão capazes de promover uma reflexão criativa e inibir a rotina burocrática.

Com relação aos recursos econômico-financeiros, é preciso não só preservar a percentagem do ICMS obtida, mas também ampliar os outros recursos de fontes públicas e privadas. A política de

recursos financeiros deve ser baseada no melhor aproveitamento dos meios existentes, na diversificação das fontes e na transparência da sua distribuição.

Algumas iniciativas complementares merecem ser consideradas, como a realização de estudos prospectivos que possam balizar a visão de futuro da Universidade. A elaboração do Código de Ética, previsto no Regimento Geral, favorecerá uma convivência mais harmoniosa, apesar dos conflitos inerentes às funções e valores diversificados. Quanto à descentralização do poder decisório, ela favorece uma participação maior dos alunos, ex-alunos e funcionários no encaminhamento dos problemas da Universidade, em especial no debate dos problemas nacionais e na ampliação do espaço para expressão das atividades culturais e artísticas.

Creemos ter desenhado uma sinopse de alguns problemas que merecem destaque nesta véspera do terceiro milênio. Em tal cenário, como agora, uma universidade pública e gratuita, como defendemos, não poderá perder de vista o culto à excelência e à solidariedade. São valores necessariamente complementares, decisivos na preservação da qualidade em nosso desempenho acadêmico e no cumprimento dos nossos irrenunciáveis compromissos sociais.

Jacques Marcovitch é Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, Professor Titular da FEA/USP e Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do IEA.